CADERNOS DE

DIREITO PRIVADO

N.º 6 Abril / Junho 2004 € 15,00 – ISSN: 1645-72

Artigos

- 3 A sociedade (anónima) europeia – uma apresentação
Rui Pinto Duarte
- 16 O Regulamento Geral e a protecção das vítimas da circulação
comunitária e internacional de veículos automóveis
Maria José Rangel de Mesquita

Anotações

- 28 Transmissão do apelido de família em crianças com dupla
nacionalidade belga e espanhola – Ac. do TJ de 2.10.2003,
Proc. C-148/02, anotado por
Elsa Dias Oliveira
- 43 Reserva de propriedade a favor do financiador – Ac. do TRL de 21.2.2002,
Rec. 789, anotado por
Fernando de Gravato Morais
- 54 Modificações na obra de arquitectura: regime do artigo 60.º
do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos – Ac. do
TRC de 25.3.2003, Rec. 4240/02, anotado por
Maria Victória Rocha

A sociedade (anónima) europeia – uma apresentação (*)

Alc-14/16
14. 2004

1. Introdução (1)

O Reg. (CE) n.º 2157/2001 do Conselho, de 8/10/2001 (2), que entrará em vigor em 8/10/2004, institui um novo tipo de pessoa colectiva (3), de natureza societária (4), sob o nome de *Societas Europaea* ou, abreviadamente, SE.

A primeira formalização política da ideia (5) de criação de um tipo societário comunitário ocorreu em 1965, ano em que a França apresentou uma proposta nesse sentido aos outros membros da CEE (6). Os primeiros anteprojectos fo-

ram elaborados logo nos dois anos seguintes e a primeira proposta de regulamento em 1970 (7). Seguiram-se-lhe várias outras propostas, quer de regulamento, quer de directiva, que vieram a culminar no Regulamento (8).

O conhecimento do regime da SE reveste-se de elevada importância, por várias razões – muitas delas óbvias – cuja explicitação não cabe aqui (9). Diga-se apenas que, no que aos juristas portugueses respeita, as principais não têm a ver com a potencial relevância prática da figura, mas sim com ela ser um paradigma do pensamento

(*) Escrito em Maio de 2003 e revisto em Abril de 2004.

(1) A ocasião para este escrito nasceu de um convite formulado pelo *Institut für Deutsches und Europäisches Gesellschafts- und Wirtschaftsrecht*, da *Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg*, para a redacção de um texto sobre a *Societas Europaea* e o direito português, a ser integrado na obra, de que são editores KRZYSZTOF OPLUSTIL e CHRISTOPH TEICHMANN, intitulada *The European Company – all over Europe, A state-by-state account of the introduction of the European Company* (publicada pela editora De Gruyter durante 2004). A necessidade de compreender aprofundadamente os textos comunitários sobre a matéria acabou por me levar à elaboração deste texto como trabalho preparatório do que escrevi para a referida obra.

(2) Adiante designado meramente por “Regulamento” e ao qual pertencem (excepto no n.º 7) os preceitos que se citam sem indicação de diploma.

(3) Que a figura goza de personalidade jurídica resulta, entre outros, dos arts. 1.º, n.º 3, e 16.º, n.º 1.

(4) Que a figura é uma sociedade é afirmado logo no n.º 1 do art. 1.º e repetido no n.º 2 do mesmo artigo. Todo o regime traçado pelo Regulamento confirma essas afirmações.

(5) Sobre os antecedentes dessa ideia em planos não políticos, ver CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, *The European Company Statute*, A Haia, Londres, Nova Iorque, Kluwer, 2003, p. 1.

(6) Sobre essa proposta e as reacções que gerou, ver AIRES CORREIA, “O Direito das Sociedades na Comunidade Eco-

nómica Europeia”, in *BMJ*, n.º 190 (Novembro de 1969), pp. 120 e segs., FAUSTO DE QUADROS, “Direito Europeu das Sociedades”, in *Estruturas Jurídicas da Empresa* (obra colectiva), Lisboa, AAFDL, s/d (1989?), pp. 175 e segs., e ISABEL MEIRELES, *Os Novos Institutos Societários de Direito Comunitário*, Porto, Elcla Editora, 1992, p. 96.

(7) Tal texto, na sua versão italiana, foi publicado no *BMJ*, n.ºs 216 a 218 (Maio a Julho de 1972).

(8) Sobre o processo em causa, ver principalmente os documentos referidos no preâmbulo e nos considerandos do Regulamento. Na doutrina, ver, por exemplo, além da obra de CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, BERTHOLD GOLDMAN, ANTOINE LYON-CAEN e LOUIS VOGEL, *Droit Commercial Européen*, 5.ª ed., Paris, Dalloz, 1994, pp. 186 e segs., e, em publicações portuguesas, para além dos textos já referidos na nota 6, RUI FALCÃO DE CAMPOS, “A Sociedade Anónima Europeia: Projectos e Perspectivas”, in *RDES*, Janeiro/Junho 1989, ano XXXI, n.ºs 1-2, pp. 255 e segs., e HUMBERTO F. XAVIER, “Le Statut du Commissaire aux Comptes dans la Société Anonyme Européenne”, in *DDC*, n.º 8, 1981, pp. 103 e segs.

(9) Para uma referência a algumas dessas razões, ver FAUSTO POCAR, “Le Statut de la Société Européenne: une Étape Importante dans l’Évolution du Droit Communautaire”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2002, p. 859.

europeu em matéria de sociedades anónimas.

O propósito deste texto é, como resulta do seu título, proceder a uma (mera) apresentação da SE. Para tanto, exporei o essencial do respectivo regime (com algum desenvolvimento no plano do Direito das Sociedades e muito resumidamente no plano do Direito do Trabalho), comparando-o – as mais das vezes implicitamente, mas aqui e ali explicitamente – com o direito português e também, pontualmente, com outros direitos. Além disso, procurarei delinear a margem de intervenção sobre a figura deixada aos legisladores nacionais (e, portanto, as tarefas que para o legislador português daí decorrem).

2. Características principais da SE

As características principais da SE são:

- a sua natureza de sociedade (art. 1.º, n.ºs 1 e 2);
- a limitação da responsabilidade de cada accionista à realização do capital por ele subscrito (art. 1.º, n.º 3);
- a divisão do seu capital em acções (art. 1.º, n.º 2);
- a obrigação de os seus fundadores estarem, imediata ou mediatamente, ligados a mais de um Estado-membro (art. 2.º) ⁽¹⁰⁾;
- a localização da sua sede estatutária ⁽¹¹⁾ num dos Estados-membros (arts. 7.º e 8.º);

⁽¹⁰⁾ O número seguinte deste texto pormenoriza esta característica.

⁽¹¹⁾ A versão portuguesa do Regulamento diz que “a sede da SE deve situar-se no território da Comunidade, no mesmo Estado-membro que a administração central”. A versão inglesa diz que “the registered office of an SE shall be located within the Community, in the same Member State as its head office.” Nos demais casos em que a versão inglesa usa “registered office” e “head office”, a versão portuguesa usa também, respectivamente, “sede” e “administração central”. No presente texto, à semelhança da versão francesa do Regulamento, uso a expressão “sede estatutária”, em vez da mera palavra “sede”, para designar aquilo que na versão inglesa é designado por “registered office” e a expressão “sede efectiva” (inspirada no art. 33.º, n.º 1, do

– a sua sujeição a registo no Estado-membro da localização da sede estatutária (art. 12.º);

– o dever de adopção de uma firma que integre, ao início ou no final, a sigla SE (art. 11.º);

– o “envolvimento dos trabalhadores, nos termos da Directiva 2001/86/CE do Conselho, de 8 de Outubro de 2001” ⁽¹²⁾ (ou seja, da data do Regulamento);

– o tratamento como uma sociedade anónima constituída segundo o direito do Estado-membro no qual a SE tenha a sua sede estatutária, sem prejuízo das demais regras do Regulamento (para além do pronunciamento geral do art. 10.º, ver, entre outros, os arts. 15.º, n.º 1, 61.º e 63.º).

As segunda, terceira e última das características apontadas permitem dizer que a SE pertence à “família” das sociedades anónimas ⁽¹³⁾. As restantes características permitem especializá-la dentro dessa família.

3. Processos de formação da SE

O Regulamento refere os seguintes cinco processos de formação de uma SE:

- fusão de duas ou mais sociedades anónimas comuns ⁽¹⁴⁾, com sedes estatutárias e efectivas na Comunidade, que não estejam submetidas ao direito de um só Estado-membro;
- constituição de uma “holding” por duas ou mais sociedades de responsabilidade limita-

CC e no art. 3.º do CSC) para designar aquilo que na versão inglesa é designado por “head office”.

⁽¹²⁾ Sobre isto, ver o n.º 7, adiante.

⁽¹³⁾ O elenco dos elementos da “família” em causa, nos vários direitos dos Estados comunitários, é a lista que constitui o anexo I do Regulamento. Essa lista é análoga às constantes das directivas comunitárias em matéria de sociedades que apenas se aplicam à mesma família (as 2.ª, 3.ª e 6.ª). Note-se que nessas listas o tipo de sociedade do direito português que está em causa aparece com um nome inexacto: “sociedade anónima de responsabilidade limitada” em vez de, apenas, “sociedade anónima”.

⁽¹⁴⁾ Para enfatizar que a referência é às sociedades anónimas constituídas ao abrigo dos direitos nacionais, adjetivo várias vezes, ao longo do texto, a expressão “sociedades anónimas” com a palavra “comuns”.

da⁽¹⁵⁾, com sedes estatutárias e efectivas na Comunidade, que não estejam submetidas ao direito de um só Estado-membro ou que, estando-o, tenham (há, pelo menos, dois anos) uma filial ou uma sucursal num outro Estado-membro;

– constituição de uma subsidiária por duas ou mais entidades das abrangidas pelo art. 48.º do TCE⁽¹⁶⁾, com sedes estatutárias e efectivas na Comunidade, que não estejam submetidas ao direito de um só Estado-membro ou que, estando-o, tenham (há, pelo menos, dois anos) uma filial ou uma sucursal num outro Estado-membro;

– transformação de uma sociedade anónima comum submetida ao direito de um Estado-membro que tenha (há, pelo menos, dois anos) uma filial submetida ao direito de outro Estado-membro (art. 2.º, n.º 4);

– constituição por uma SE (art. 3.º, n.º 2).

Além disso, o Regulamento autoriza os Estados-membros a preverem que uma sociedade sem sede efectiva na Comunidade possa participar na constituição de uma SE desde que essa sociedade esteja submetida ao direito de um Estado-membro, tenha sede estatutária num Estado-membro e possua uma conexão efectiva e continuada com a economia de um Estado-membro (art. 2.º, n.º 5).

Os vários processos de formação da SE têm, pois, em comum, por um lado, a exigência de os seus fundadores estarem, imediata ou me-

diatamente, ligados a mais de um Estado-membro e, por outro, a exigência de esses fundadores serem sociedades de responsabilidade limitada.

4. Estrutura orgânica

4.1. Aspectos gerais

O Regulamento (arts. 38.º e segs.) permite a escolha entre uma estrutura monista (“one-tier system”) e uma estrutura dualista (“two-tier system”) (17). Na estrutura monista, para além da assembleia geral, há só mais um órgão, dito “de administração” (18). Na estrutura dualista, para além da assembleia geral, há mais dois órgãos: um de gestão e um de supervisão (19).

(17) As estruturas em causa correspondem *grosso modo*, respectivamente, às previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do art. 278.º do CSC. Para a apresentação dos vários modelos de “estruturas administrativas” da sociedade anónima, na Europa continental, ver MARIA ELISABETE GOMES RAMOS, “Responsabilidade Civil dos Administradores e Directores de Sociedades Anónimas perante os Credores Sociais”, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (n.º 67 da colecção *Studia Iuridica* do BFD), pp. 33 e segs.

(18) Na versão inglesa “administrative organ”, na versão alemã “Verwaltungsorgan”.

(19) A versão portuguesa usa “órgão de direcção” e “órgão de fiscalização”. A versão inglesa usa “management organ” e “supervisory organ”, a versão alemã “Leitungsorgan” e “Aufsichtsorgan”. A utilização da expressão portuguesa “órgão de fiscalização” não é feliz por poder levar (como já tem levado, até noutras leis...) à confusão entre o perfil do órgão em causa e o do conselho fiscal da tradição portuguesa. Comprovando isso, realce-se que (como se verá, no texto, adiante) é competência “natural” do “supervisory organ” / “Aufsichtsorgan” designar os membros do órgão de gestão (o art. 39.º, n.º 2, do Regulamento determina que os membros do órgão de direcção são nomeados e destituídos pelo órgão de supervisão, permitindo, porém, aos Estados-membros estabelecerem ou permitirem que os estatutos estabeleçam que os membros do órgão de direcção sejam nomeados e destituídos pela assembleia geral, nas mesmas condições que os das sociedades anónimas com sede estatutária no seu território) e que tal competência é completamente estranha ao conselho fiscal. Por outras palavras: o “supervisory organ” / “Aufsichtsorgan” deve ser aproximado do conselho geral da lei portuguesa – e não do conselho fiscal.

(15) O elenco dos membros da categoria em causa é a lista que constitui o anexo II do Regulamento. Essa lista compreende as sociedades do tipo societário designado em Portugal por “sociedade anónima” e as do tipo societário designado em Portugal por “sociedades por quotas”, ou seja, coincide, no essencial, com o elenco dos tipos societários abrangidos pela Primeira Directiva Comunitária em matéria de sociedades.

(16) O preceito em causa é o que equipara, para efeitos de direito de estabelecimento, as sociedades às pessoas singulares, compreendendo na noção “as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos”.

O título do Regulamento que trata da estrutura da SE (o III), para além de um preceito introdutório, divide-se em 4 secções, com os seguintes nomes: “sistema dualista”, “sistema monista”, “regras comuns aos sistemas monista e dualista” e “assembleia geral”. É de realçar o seguinte:

– apesar da diferença de nomes, quer o chamado órgão de direcção (da estrutura dualista), quer o chamado órgão de administração (da estrutura monista), têm em comum serem os órgãos de gestão da SE (arts. 39.º, n.º 1, e 43.º, n.º 1 – em ambos os casos no primeiro período); por isso, tratá-los-ei largamente em conjunto, sob a expressão “órgão de gestão”;

– na secção “regras comuns aos sistemas monista e dualista”, o Regulamento apenas trata matérias relativas aos órgãos de gestão e supervisão – e já não matérias relativas à assembleia geral;

– há algumas regras que aparecem nas secções específicas sobre o “sistema dualista” e o “sistema monista” que, na verdade, são comuns aos dois; é o caso das regras sobre possibilidade de delegação da gestão corrente, sobre o número de membros do órgão de gestão e sobre a presidência dos órgãos.

Exponho a seguir as regras sobre a estrutura orgânica da SE, dividindo as matérias de modo similar ao adoptado pelo Regulamento, mas evidenciando como comuns as regras que o são efectivamente, apesar de o Regulamento não as tratar como tais. Afasto-me da sistematização do Regulamento ainda na ordenação das matérias.

4.2. Regras sobre a assembleia geral

As principais regras sobre a assembleia geral são as seguintes:

– a competência da assembleia geral abrange: a) as matérias que o Regulamento prevê especificamente; b) as matérias constantes da legislação do Estado-membro relevante (aquele em que a SE tenha a sua sede estatutária) elaborada em transposição da Directiva 2001/86/CE;

c) as matérias que, segundo a legislação do mesmo Estado-membro, sejam da competência da assembleia geral das sociedades anónimas comuns; d) as matérias eventualmente previstas nos estatutos da SE, nos limites de tal legislação (art. 52.º);

– a organização, a condução e os procedimentos de votação da assembleia geral são regulados pelo direito do Estado-membro em que a SE tenha a sua sede estatutária (art. 53.º);

– a assembleia geral reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, no prazo de 6 meses a contar do encerramento do exercício, excepto se o direito do Estado-membro em que se situe a sede estatutária da SE determinar frequência superior (art. 54.º, n.º 1);

– têm legitimidade para convocar a assembleia geral o órgão de gestão, o órgão de supervisão e qualquer outro órgão ou entidade a que o direito do Estado-membro em que se situe a sede estatutária da SE atribua tal legitimidade (art. 54.º, n.º 2);

– qualquer accionista (ou conjunto de accionistas) que seja titular de 10%, ou mais, do capital tem legitimidade para solicitar a convocação da assembleia geral, bem como para solicitar o aditamento de novos pontos à ordem de trabalhos de uma reunião já convocada (art. 56.º);

– em geral, as deliberações são tomadas por maioria não qualificada dos votos expressos⁽²⁰⁾ (arts. 57.º e 58.º);

– as deliberações de alteração dos estatutos são tomadas por maioria de dois terços dos votos expressos⁽²¹⁾ – podendo os Estados-membros determinar que, sempre que esteja representado, pelo menos, metade do capital, seja su-

⁽²⁰⁾ O art. 57.º exceptua “se o presente regulamento ou, na sua falta, a legislação aplicável às sociedades anónimas do Estado-membro da sede da SE exigir uma maioria mais elevada”. O art. 58.º esclarece que “os votos expressos não incluem os votos inerentes às acções relativamente às quais o accionista não tenha tomado parte na votação, se tenha absterido ou dado um voto branco ou nulo”.

⁽²¹⁾ Ver o segundo período da nota anterior.

ficiente a maioria simples dos votos expressos (art. 59.º, n.ºs 1 e 2);

– quando existam várias categorias de acções, as deliberações da assembleia geral são tomadas separadamente por cada categoria de accionistas cujos direitos estejam em causa (art. 60.º).

4.3. Regras comuns às duas estruturas em matéria de órgãos de gestão e de supervisão ⁽²²⁾

As principais regras comuns às duas estruturas em matéria de órgãos de gestão e de supervisão são as seguintes:

– o número de membros do órgão de gestão é fixado pelos estatutos da SE, podendo, todavia, os Estados-membros estabelecer limites a esse número (arts. 39.º, n.º 4, e 43.º, n.º 2);

– os Estados-membros podem prever que a gestão corrente seja atribuída a um ou vários membros do órgão de gestão, nas condições em que tal seja admitido relativamente às sociedades anónimas comuns com sede estatutária no seu território (arts. 39.º, n.º 1, e 43.º, n.º 1) ⁽²³⁾;

⁽²²⁾ Para outra enunciação destas regras comuns, com agrupamento das mesmas por temas, ver CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, *ob. cit.*, pp. 64 e 65.

⁽²³⁾ Para designar esta figura – que abrange a dos administradores delegados e a dos membros das comissões executivas da prática e da lei portuguesas (no que respeita às sociedades de estrutura dualista) –, a versão inglesa usa “managing directors”, a versão francesa “directeurs généraux”, a versão italiana “amministratori delegati”, a versão espanhola “consejeros delegados” e a portuguesa “directores-gerais”. Enquanto a expressão da versão portuguesa não tem qualquer conteúdo técnico-jurídico, as expressões das versões inglesa e francesa têm – mas não coincidentes. É de realçar que no direito francês os “directeurs généraux” podem não ser administradores, ao passo que nos direitos inglês, italiano e espanhol, os “managing directors”, os “amministratori delegati” e os “consejeros delegados” têm de ser administradores. Para confirmar o que afirmamos, ver, sobre o direito francês, por exemplo, PHILIPPE MERLE, *Droit Commercial Sociétés Commerciales*, 4.ª ed., Paris, Dalloz, 1994, pp. 407 e segs., e G. RIPERT e R. ROBLOT, *Traité de Droit Commercial (sous la direction de MICHEL GERMAIN)*, 18.ª ed., Paris, LGDJ, tomo I, vol. II, *Les Sociétés Commerciales*, 2002, pp. 400 e segs., em especial p. 444; sobre o direito inglês, ver, também por exem-

– os membros dos órgãos ⁽²⁴⁾ são nomeados por um período fixado nos estatutos, não superior a seis anos (art. 46.º, n.º 1);

– salvo restrições estatutárias, os membros dos órgãos podem ser reconduzidos, uma ou mais vezes (art. 46.º, n.º 2);

– os estatutos da SE podem prever que uma pessoa colectiva possa ser membro dos seus órgãos, a menos que a lei do Estado da sede estatutária proíba que tal aconteça nas sociedades anónimas comuns (art. 47.º, n.º 1);

– a pessoa colectiva designada para um órgão da SE – quando isso seja permitido – tem de designar uma pessoa singular para exercer as suas funções (art. 47.º, n.º 1);

– aplicam-se às SE os impedimentos (legais, judiciais e administrativos) à participação em órgãos das sociedades anónimas comuns estabelecidos na lei do Estado da sede estatutária (art. 47.º, n.º 2);

– os membros dos órgãos da SE são obrigados a guardar segredo sobre informações cuja

plo, *Butterworths Company Law Guide*, 4.ª ed., 2002 (de que é general editor JAMES THORNE), p. 204, *Pennington's Company Law*, Butterworths, 8.ª ed., 2001, pp. 706 e segs., JOHN LOWRY e LORAINÉ WATSON, *Company Law*, Butterworths, 2001, pp. 152 e 153, e o texto de BEN PETTET sobre o Reino Unido incluído na obra *Corporations and Partnerships*, da colecção *International Encyclopaedia of Laws* publicada pela Kluwer (de que é editor KOEN GEENS); sobre o direito italiano, ver, também por exemplo, FRANCESCO GALGANO, *La Società per Azioni*, 2.ª ed., Pádua, Cedam, 1988, (vol. VII do *Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico dell' Economia diretta* da FRANCESCO GALGANO), pp. 277 e segs.; sobre o direito espanhol, ver, ainda por exemplo, MANUEL BROSETA PONT e FERNANDO MARTÍNEZ SANZ, *Manual de Derecho Mercantil*, 11.ª ed., vol. I, Madrid, Tecnos, 2002, pp. 423 e 424, RODRIGO URÍA, *Derecho Mercantil*, 26.ª ed. Madrid, Barcelona, Marcial Pons, 1999, pp. 340 e 341, e FRANCISCO VICENT CHULIA, *Introducción al Derecho Mercantil*, 13.ª ed., Valencia, Tirant lo Blanch, 2000, pp. 325 e 326. Sobre a origem histórica da figura do director-geral da sociedade anónima, ver PEDRO MAIA, “Função e Funcionamento do Conselho de Administração da Sociedade Anónima”, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (n.º 62 da Colecção *Studia Iuridica* do BFD), pp. 67 e 82 e segs.

⁽²⁴⁾ Sublinhe-se que, neste contexto, “órgãos” não abrangem a assembleia geral, ou seja, abrangem apenas o órgão de gestão e o (eventual) órgão de supervisão.

divulgação seja susceptível de lesar os interesses da sociedade, excepto quando essa divulgação seja de interesse público ou seja exigida ou admitida pelas disposições de direito nacional aplicáveis às sociedades anónimas comuns (art. 49.º);

– ressalvadas as regras especiais do Regulamento e as disposições estatutárias em contrário, os órgãos das SE só podem reunir quando metade dos seus membros estiverem presentes ou representados (art. 50.º, n.º 1);

– ressalvadas as regras especiais do Regulamento e as disposições estatutárias em contrário, os órgãos das SE deliberam por maioria (art. 50.º, n.º 1);

– na falta de disposição estatutária (que não é admissível quando 50% dos membros do órgão de supervisão forem representantes dos trabalhadores), o presidente de cada órgão tem voto de qualidade (art. 50.º, n.º 2);

– os membros dos órgãos respondem pelos prejuízos sofridos pela SE em resultado do incumprimento das suas obrigações, nos termos das regras sobre sociedades anónimas comuns do Estado da sede estatutária (art. 51.º);

– quer o órgão de supervisão da estrutura dualista quer o órgão de gestão da estrutura monista têm um presidente, eleito pelos seus membros; se metade dos membros do órgão em causa for designada pelos trabalhadores, o presidente tem de ser um membro designado pela assembleia geral (arts. 42.º e 45.º).

4.4. Regras específicas da estrutura dualista ⁽²⁵⁾

As principais regras específicas das sociedades com estrutura dualista são as seguintes:

– em princípio, cabe ao órgão de supervisão designar e destituir os membros do órgão de gestão; no entanto, os Estados-membros podem prever, ou permitir que os estatutos da SE prevejam, que tal designação e destituição caibam

⁽²⁵⁾ Para outra enunciação destas regras específicas, com agrupamento das mesmas por temas, ver CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, *ob. cit.*, pp. 65 a 67.

à assembleia geral, nos termos aplicáveis às sociedades anónimas comuns com sede no seu território (art. 39.º, n.º 2);

– não é permitido ser simultaneamente membro do órgão de supervisão e membro do órgão de gestão; no entanto, em caso de vaga no órgão de gestão, o órgão de supervisão pode designar um dos seus membros para exercer as funções de membro do órgão de gestão – com suspensão das suas funções no órgão de supervisão (art. 39.º, n.º 3);

– ao órgão de supervisão cabe controlar ⁽²⁶⁾ o desempenho ⁽²⁷⁾ do órgão de gestão; o órgão de supervisão não pode exercer a gestão da SE (art. 40.º, n.º 1);

– salvo o resultante das regras sobre participação de trabalhadores decorrentes da Directiva 2001/86/CE, cabe à assembleia geral designar ⁽²⁸⁾ os membros do órgão de supervisão; todavia, a designação dos primeiros membros pode ser feita nos estatutos (art. 40.º, n.º 2);

– o número de membros do órgão de supervisão é fixado nos estatutos da SE; todavia, os Estados-membros podem fixar limites a esse número (em relação às SE com sede estatutária no seu território) (art. 40.º, n.º 3) ⁽²⁹⁾;

– a periodicidade mínima da prestação de informação sobre a gestão, pelo órgão de gestão ao órgão de supervisão, é trimestral (art. 41.º, n.º 1);

– o órgão de gestão tem o dever de informar, em tempo útil, o órgão de supervisão de todos os actos susceptíveis de terem repercussões sensíveis na SE (art. 41.º, n.º 2);

– o órgão de supervisão pode solicitar ao órgão de gestão quaisquer informações necessá-

⁽²⁶⁾ Na versão inglesa "supervise", na francesa "contrôle", na portuguesa "controle".

⁽²⁷⁾ Na versão inglesa "the work", na francesa "la gestion", na portuguesa "a gestão".

⁽²⁸⁾ O Regulamento nada diz sobre a destituição, mas parece que se deve entender que a assembleia geral também tem competência para tanto.

⁽²⁹⁾ O preceito paralelo sobre o sistema monista (o art. 43.º, n.º 2) não tem concretização similar à que refiro entre parênteses. Parece, no entanto, que valerá aí o mesmo.

rias à sua função de controle; os Estados-membros podem prever que cada membro do órgão de supervisão goze individualmente de tal poder (art. 41.º, n.º 3);

– o órgão de supervisão pode proceder ou mandar proceder às verificações necessárias ao desempenho das suas funções (art. 41.º, n.º 2);

– todos os membros do órgão de supervisão têm acesso a toda a informação comunicada a tal órgão (art. 41.º, n.º 5).

4.5. Regras específicas da estrutura monista ⁽³⁰⁾

As principais regras específicas das sociedades com estrutura monista são as seguintes:

– o número de membros do órgão de gestão é fixado pelos estatutos da SE; todavia, os Estados-membros podem fixar limites a esse número (art. 43.º, n.º 2);

– quando haja lugar a participação dos trabalhadores nos termos da Directiva 2001/86/CE, o número de membros do órgão de gestão não pode ser inferior a três (art. 43.º, n.º 2);

– cabe à assembleia geral designar ⁽³¹⁾ os membros do órgão de gestão; todavia, a designação dos primeiros membros pode ser feita nos estatutos (art. 43.º, n.º 3);

– a periodicidade mínima das reuniões do órgão de gestão é trimestral (art. 44.º, n.º 1);

– todos os membros do órgão de gestão têm acesso a toda a informação comunicada a tal órgão (art. 44.º, n.º 2) ⁽³²⁾.

5. Margem de legiferação dos Estados-membros

O Regulamento não pretende ser auto-suficiente. Pelo contrário, prevê expressamente que

⁽³⁰⁾ Para outra enunciação destas regras específicas, ver CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, *ob. cit.*, p. 67.

⁽³¹⁾ O Regulamento (ao contrário do que, como se viu, acontece a propósito da estrutura dualista – art. 39.º, n.º 2) não se refere à destituição.

⁽³²⁾ Sobre o acesso à informação dos “administradores não delegados”, no direito português, ver PEDRO MAIA, *ob. cit.*, pp. 273 e segs.

as SE sejam reguladas, também, pelos direitos dos Estados-membros e pelos respectivos estatutos.

No que respeita aos direitos dos Estados-membros, o Regulamento prevê a aplicação às SE, quer de disposições legislativas adoptadas especificamente para as SE, quer de disposições legislativas aplicáveis às sociedades anónimas comuns ⁽³³⁾. É de dizer, porém, que há casos em que não é inteiramente claro se o Regulamento se está a referir a uma hipótese ou a outra. Sirva de exemplo o art. 21.º, em que a referência “sob reserva de exigências suplementares impostas pelo Estado-membro de que depende a sociedade em questão” levanta uma tal dúvida, ou seja, a de saber se as exigências em causa são relativas às sociedades anónimas comuns ou se não de resultar de regras específicas adoptadas pelo Estado-membro para as SE ⁽³⁴⁾.

Vejamos primeiro ⁽³⁵⁾ os casos em que o Regulamento refere expressamente a possibilidade de o Estado-membro adoptar regras especificamente destinadas às SE. São eles:

– a possibilidade (já referida) de previsão que uma sociedade sem sede efectiva na Comunidade possa participar na constituição de uma SE (art. 2.º, n.º 5);

– a possibilidade de imposição às SE registadas no território do Estado-membro em causa da obrigação de ter a sede estatutária e a sede efectiva nesse território (art. 7.º);

– a possibilidade de adopção de regras, aplicáveis às SE registadas nesse território, destinadas a proteger os accionistas minoritários que se oponham a uma transferência de sede de um Estado-membro para outro (art. 8.º, n.º 5);

⁽³³⁾ Algo de semelhante se passa com a Directiva, como se verá *infra*, no n.º 7.

⁽³⁴⁾ Apesar da dúvida, interpreto o preceito como visando conceder margem de legiferação aos Estados-membros em matéria de SE.

⁽³⁵⁾ No número seguinte tentarei identificar os casos em que o Regulamento determina a aplicação às SE das regras dos Estados-membros sobre sociedades anónimas comuns.

– a possibilidade de extensão a todas as dívidas contraídas antes da transferência (e não apenas às dívidas contraídas antes da publicação do respectivo projecto) da obrigação de provar, em caso de transferência de sede de um Estado-membro para outro, que os interesses de terceiros estão protegidos (art. 8.º, n.º 7);

– a possibilidade de prever, em relação às SE nele registadas, que uma transferência de sede de que resulte uma mudança do direito aplicável não produz efeitos se, no prazo de dois meses a contar da publicação do projecto, uma autoridade competente do Estado-membro onde a SE tenha a sede se lhe opuser, com fundamento em razões de interesse público (art. 8.º, n.º 14);

– a possibilidade de atribuir ao órgão de gestão o poder de alterar os estatutos da SE com vista a torná-los compatíveis com o regime de envolvimento dos trabalhadores que seja aplicável (art. 12.º, n.º 4);

– a possibilidade de previsão que uma sociedade regulada pelo direito de um Estado-membro não possa participar na constituição de uma SE por meio de fusão se uma autoridade competente do Estado-membro em causa a isso se opuser, com fundamento em razões de interesse público, antes da emissão do certificado que comprove em relação a essa sociedade o cumprimento dos actos e formalidades prévias à fusão (art. 19.º);

– a possibilidade de formulação de exigências suplementares em relação ao elenco dos dados a publicar no jornal oficial do Estado-membro em causa, no que respeita ao processo de constituição de uma SE por fusão (art. 21.º);

– a possibilidade de adopção de regras, aplicáveis às sociedades anónimas comuns reguladas pelo seu direito, destinadas a proteger os accionistas minoritários que se oponham à constituição de uma SE por fusão (art. 24.º, n.º 2);

– a possibilidade de exigência de elaboração de alguns documentos relativos ao processo de fusão por incorporação que o Regulamento só considera exigíveis na medida em que o sejam

pelos direitos aplicáveis dos Estados-membros (art. 31.º, n.º 2);

– a possibilidade de adoptar disposições destinadas à protecção dos credores, trabalhadores e accionistas minoritários que se oponham à constituição de uma SE “holding” (art. 34.º);

– a possibilidade de sujeitar a transformação de uma sociedade anónima comum em SE a uma deliberação favorável, por maioria qualificada ou por unanimidade, do órgão da sociedade a transformar em que esteja organizada a participação dos trabalhadores (art. 37.º, n.º 8);

– a possibilidade de prever a atribuição da gestão corrente a um ou vários administradores executivos, nas condições aplicáveis às sociedades anónimas comuns com sede estatutária no território do Estado-membro em causa (arts. 39.º, n.º 1, e 43.º, n.º 1);

– a possibilidade de prever, ou permitir que os estatutos das sociedades prevejam, que os membros do órgão de gestão sejam designados e destituídos pela assembleia geral (e não pelo órgão de supervisão), nas condições aplicáveis às sociedades anónimas com sede estatutária no território do Estado-membro em causa (art. 39.º, n.º 2);

– a possibilidade de limitar o período de tempo durante o qual um membro do órgão de supervisão pode exercer funções de membro do órgão de gestão, em preenchimento de vaga nele aberta (art. 39.º, n.º 3);

– a possibilidade de fixar um número mínimo e um número máximo de membros do órgão de gestão, quer na estrutura dualista, quer na estrutura monista – sem prejuízo do respeito por um mínimo de três membros, no que respeita ao órgão de administração da estrutura monista, quando a participação dos trabalhadores tenha lugar nos termos da Directiva 2001/86/CE (arts. 39.º, n.º 4, e 43.º, n.º 2);

– a possibilidade de adoptar regras específicas para a aplicação de um dos dois sistemas de organização (o dualista e o monista), em caso de o respectivo direito não prever o mesmo sistema (arts. 39.º, n.º 5, e 43.º, n.º 4);

- a possibilidade de fixar o número, ou um limite mínimo e um limite máximo, dos membros do órgão de supervisão (art. 40.º, n.º 3);
- a possibilidade de atribuir a cada membro do órgão de supervisão (em complemento do poder dado ao próprio órgão) o poder de solicitar informações ao órgão de gestão (art. 41.º, n.º 3);
- a possibilidade de prever que, na estrutura dualista, o órgão de supervisão possa sujeitar a autorização sua certas categorias de operações (art. 48.º, n.º 1);
- a possibilidade de determinação de um elenco mínimo das categorias de operações que têm de ser objecto de autorização pelo órgão de supervisão ou, na estrutura monista, de uma decisão expressa do órgão de gestão (art. 48.º, n.º 2);
- a possibilidade de determinação da aplicação das regras nacionais sobre o processo deliberativo do órgão de supervisão, em vez dos “quoruns” supletivos gerais estabelecidos no Regulamento, sempre que haja lugar à participação dos trabalhadores nos termos da Directiva 2001/86/CE (art. 50.º, n.º 3);
- a possibilidade de determinação que a primeira reunião da assembleia geral subsequente à constituição da SE não tenha de se realizar no prazo geral de seis meses a contar do primeiro encerramento de exercício, desde que a reunião deva ter lugar no prazo de dezoito meses a contar da constituição da SE (art. 54.º, n.º 1);
- a possibilidade de estabelecimento de uma percentagem inferior a 10% do capital como requisito para a legitimidade de convocação da assembleia geral – desde que o regime estabelecido seja idêntico ao aplicável, segundo o direito desse Estado-membro, às sociedades anónimas comuns (art. 55.º, n.º 1);
- a possibilidade de estabelecimento de uma percentagem inferior a 10% do capital como requisito de legitimidade para a exigência de adiamento de pontos à ordem de trabalhos de uma reunião da assembleia geral – desde que o regime estabelecido seja idêntico ao aplicável, segundo o direito desse Estado-membro, às socie-

dades anónimas comuns (art. 56.º, n.º 1);

- a possibilidade de estabelecer (não obstante disposição diversa do direito nacional para as sociedades anónimas comuns) que para alterar os estatutos da SE é suficiente a maioria simples dos votos expressos, desde que na assembleia geral da SE esteja representada metade do capital (art. 59.º, n.º 2);
- a possibilidade de, dentro de certos limites, definir medidas destinadas a forçar o cumprimento pelas SE da obrigação de a sua sede efectiva se situar no Estado-membro em que se situe a sua sede estatutária (art. 64.º);
- a designação das entidades competentes para os efeitos dos arts. 8.º, 25.º, 26.º, 54.º, 55.º e 64.º (art. 68.º, n.º 2) ⁽³⁶⁾.

6. Casos de aplicação subsidiária do direito dos Estados-membros

Vejamos agora as matérias em que o Regulamento determina a aplicação às SE das regras dos Estados-membros sobre sociedades anónimas comuns (mais exactamente, a aplicação das regras do Estado-membro em que a SE tenha a sua sede estatutária). São elas:

- exigência de capitais mínimos para sociedades que exerçam certos tipos de actividades (art. 4.º, n.º 3);
- aspectos gerais do capital social, bem como das acções, obrigações e outros valores mobiliários semelhantes (art. 5.º);

⁽³⁶⁾ Ou seja, das entidades competentes para: emitir certificados de cumprimento das formalidades necessárias à transferência da sede estatutária de um Estado-membro para outro (art. 8.º); emitir certificados de cumprimento das formalidades prévias à fusão de sociedades anónimas comuns como processo de constituição de uma SE (art. 25.º); controlar a legalidade das fusões como processos de constituição de uma SE (art. 26.º); (sem prejuízo da legitimidade concorrente dos órgãos da SE) solicitar a convocação de reuniões da assembleia geral (art. 54.º, n.º 2); convocar reuniões da assembleia geral, em caso de uma solicitação feita por quem tenha legitimidade para tanto não ser atempadamente satisfeita (art. 55.º, n.º 3).

- publicidade do processo de transferência da sede estatutária para outro Estado-membro (art. 8.º, n.º 2);
- satisfação e garantia dos créditos de entidades públicas, em caso de transferência da sede estatutária para outro Estado-membro (art. 8.º, n.º 7);
- publicidade dos actos, em geral (art. 13.º);
- processo de constituição, em geral (art. 15.º);
- aspectos gerais do processo de constituição de uma SE por fusão (art. 18.º);
- protecção dos interesses dos credores, dos obrigacionistas e dos titulares de outros valores mobiliários que confirmam direitos especiais, em caso de constituição de uma SE por meio de fusão (art. 24.º, n.º 1);
- controle da legalidade do processo de constituição de uma SE por fusão, em relação a cada sociedade fundida (art. 25.º, n.ºs 1 e 3);
- vários aspectos da fusão por incorporação (art. 31.º, n.ºs 1 e 2);
- publicidade do projecto de constituição de uma SE “holding” (art. 32.º, n.º 3);
- publicidade do preenchimento das condições de que depende a constituição de uma SE “holding” (art. 33.º, n.º 3);
- constituição de uma SE filial (art. 36.º);
- vários aspectos do processo de constituição de uma SE por transformação de uma sociedade anónima comum (art. 37.º, n.ºs 5, 6 e 7);
- possibilidade de pessoas colectivas serem membros dos órgãos de gestão e supervisão (art. 47.º, n.º 1);
- impedimentos à participação nos órgãos de gestão e supervisão (art. 47.º, n.º 2);
- limites ao dever de segredo imposto aos membros dos órgãos de gestão e supervisão (art. 49.º);
- responsabilidade dos membros dos órgãos pelos prejuízos sofridos pela SE em resultado do incumprimento das suas obrigações (art. 51.º);
- competência da assembleia geral (art. 52.º);
- organização e funcionamento da assembleia geral (art. 53.º);

- alguns aspectos da legitimidade para a convocação da assembleia geral (arts. 54.º, n.º 2, 55.º, n.º 3, e 56.º);
- exigência de quórum deliberativo geral para as deliberações da assembleia geral (art. 57.º);
- exigência de quórum deliberativo especial (superior a dois terços dos votos expressos) para a alteração dos estatutos (art. 59.º, n.º 1);
- elaboração, fiscalização e publicidade do relatório de gestão e das contas anuais (art. 61.º);
- dissolução, liquidação, insolvência, cessação de pagamentos e procedimentos análogos (arts. 63.º e 65.º);
- publicidade do projecto de transformação de uma SE em sociedade anónima (art. 66.º, n.º 4);
- controle do preenchimento do requisito de tal transformação consistente em o valor do património não ser inferior ao do capital (art. 66.º, n.º 5);
- publicidade da deliberação de transformação de uma SE em sociedade anónima comum (art. 66.º, n.º 6).

7. O envolvimento dos trabalhadores

O art. 1.º, n.º 4, do Regulamento estabelece que “o envolvimento dos trabalhadores na SE é regulado pela Directiva 2001/86/CE” e o considerando 19 do Regulamento diz que as regras da Directiva “constituem [...] um complemento indissociável do presente regulamento e devem poder ser aplicadas concomitantemente”. De resto, o prazo de transposição da Directiva termina na data da entrada em vigor do Regulamento⁽³⁷⁾.

O considerando 3 da Directiva⁽³⁸⁾ afirma que, “para promover os objectivos sociais da Comu-

⁽³⁷⁾ Sendo de realçar que um dos argumentos usados no considerando 22 do Regulamento para justificar a sua longa “vacatio” é “permitir a todos os Estados-membros a transposição para o direito nacional das disposições da Directiva 2001/86/CE”.

⁽³⁸⁾ Doravante a palavra “directiva”, sem qualquer outra indicação, designará a Directiva 2001/86/CE. Neste número, os preceitos referidos sem indicação do diploma pertencem à Directiva.

nidade, é necessário estabelecer disposições específicas, nomeadamente no domínio do envolvimento dos trabalhadores, a fim de garantir que a constituição de uma SE não conduz à abolição ou à redução das práticas de envolvimento dos trabalhadores existentes nas sociedades participantes na constituição de uma SE". Por outro lado, o considerando 5 da Directiva refere que "a grande diversidade das regulamentações e práticas existentes nos Estados-membros no que se refere ao modo de participação dos representantes dos trabalhadores no processo de decisão das empresas desaconselha a elaboração de um modelo único de envolvimento de trabalhadores aplicável às SE". É entre tais ponderações que as regras da Directiva se desenvolvem – não parecendo ser muito ariscado dizer que as soluções consagradas são bastante influenciadas pelo regime alemão da matéria⁽³⁹⁾.

Antes de ver quais os principais aspectos desse regime, há ainda que explicitar o que o Regulamento e a Directiva entendem por "envolvimento dos trabalhadores". A Directiva oferece uma definição de tal conceito, dizendo que ele significa "qualquer mecanismo, incluindo a informação, a consulta e a participação, através do qual os representantes dos trabalhadores possam influir nas decisões a tomar no âmbito da sociedade" (art. 2.º). Concretizando essa definição, a Directiva define (no mesmo artigo) também "informação", "consulta" e "participação". Na medida em que parecem corresponder ao que seria de esperar, parece escusado transcrever aqui as definições dos primeiros dois de tais termos, mas em relação ao terceiro, tendo em vista, por um lado, a menor previsibilidade do seu conteúdo e, por outro, a sua maior relevância, vale a pena referir que a Directiva o define como a influência nas actividades da sociedade do órgão de representação dos trabalhadores e/

⁽³⁹⁾ Acerca de tal regime, ver THOMAS RAISER, *Mitbestimmungsgesetz*, 4.ª ed., Berlin, De Gruyter, 2002.

/ou dos representantes dos trabalhadores por meio: a) ou do direito de designar alguns dos membros do órgão de supervisão ou do órgão de administração; b) ou do direito de recomendar ou de rejeitar a designação de alguns dos membros de tais órgãos.

Tendo em vista as definições em causa, a substituição da expressão "envolvimento dos trabalhadores" por outra geraria certamente a necessidade de proceder a outras substituições⁽⁴⁰⁾ e a redefinições – pelo que mantereí, neste texto, a expressão em causa, apesar de não a achar feliz.

O envolvimento dos trabalhadores consiste, pois, na existência em cada SE de um órgão de representação dos trabalhadores, cujas funções são informar e consultar os trabalhadores, bem como exercer os direitos de participação que lhes sejam reconhecidos (enquanto a informação e a consulta são direitos omnipresentes, a participação não é).

O órgão de representação constitui-se por uma de duas vias (art. 1.º, n.º 2):

– ou em resultado de um acordo entre os órgãos competentes das sociedades participantes no processo de constituição da SE e um grupo especial de negociação representativo dos trabalhadores abrangidos;

– ou em cumprimento de legislação nacional específica, a adoptar com respeito do estabelecido no anexo da Directiva.

Pode, porém, não haver lugar a um órgão de representação se o grupo especial de negociação representativo dos trabalhadores envolvidos decidir optar pela aplicação das regras comuns em matéria de informação e consulta de trabalhadores que estejam em vigor nos Estados-membros relevantes (art. 3.º, n.º 6)⁽⁴¹⁾.

⁽⁴⁰⁾ Pense-se, por exemplo, em que, como se sublinha no texto, a Directiva também atribui à palavra "participação" um sentido próprio.

⁽⁴¹⁾ Essas regras comuns, em Portugal, são principalmente as que resultam do art. 56.º da CRP e da Lei n.º 46/79, de 12/9.

A constituição e o funcionamento dos grupos especiais de negociação representativos dos trabalhadores são regulados, minuciosamente, no art. 3.º.

O conteúdo do acordo entre os órgãos competentes das sociedades participantes e o grupo especial de negociação é regulado no art. 4.º – sendo deixada larga autonomia às partes.

O procedimento de negociação é regulado pela legislação do Estado-membro em que se situe a sede estatutária ⁽⁴²⁾ da SE (art. 6.º).

O prazo para as negociações é de seis meses, a contar da constituição do grupo especial de negociação representativo dos trabalhadores. Esse prazo pode ser prorrogado por acordo, mas apenas até à duração total de um ano (art. 5.º, n.ºs 1 e 2). Findo o prazo das negociações sem que haja acordo, é aplicável, em princípio, nos termos do art. 7.º, a legislação nacional relevante adoptada em transposição do previsto no anexo da Directiva (as chamadas disposições supletivas). Esse anexo divide-se em três partes: a primeira sobre a composição do órgão de representação dos trabalhadores, a segunda sobre a competência e os poderes desse órgão em matéria de informação e consulta e a terceira sobre a participação dos trabalhadores.

É de notar que:

– se a SE for constituída por transformação de uma sociedade anónima comum, as disposições supletivas só se aplicam se as regras do Estado-membro relevante sobre participação dos trabalhadores se aplicassem à sociedade transformada (art. 7.º, n.º 2, alínea a));

– se a SE for constituída por fusão, a aplicação das disposições supletivas depende de as regras do Estado-membro relevante se aplicarem às sociedades fundidas de modo a abrangerem, pelo menos, 25% do número total dos trabalhadores do conjunto das sociedades fundidas (art. 7.º, n.º 2, alínea b), primeiro travessão);

⁽⁴²⁾ À semelhança do que sucede com o Regulamento, a versão portuguesa da Directiva usa “sede” e a versão inglesa “registered office”.

– se a SE for constituída pela criação de uma “holding” ou pela constituição de uma filial, a aplicação das disposições supletivas depende de as regras dos Estados-membros relevantes se aplicarem às sociedades participantes de modo a abrangerem, pelo menos, 50% do número total dos trabalhadores do conjunto das sociedades participantes (art. 7.º, n.º 2, alínea c), primeiro travessão);

– os Estados-membros podem prever que as disposições supletivas sobre participação não se apliquem aos casos de SE constituídas por fusão (art. 7.º, n.º 3).

Por último, é de realçar que as disposições nacionais de índole geral sobre envolvimento dos trabalhadores se aplicam às SE, excepto em matéria de participação nos órgãos sociais (art. 13.º, n.ºs 2 e 3).

8. Um olhar prospectivo

Virá a SE a ser um êxito? A origem das dúvidas é, antes de mais, de índole económico-social, nomeadamente a falta de experiência de alguns países quanto ao “envolvimento dos trabalhadores” ⁽⁴³⁾. Lembre-se que o Reino Unido tem recusado os projectos de Quinta Directiva Comunitária em matéria de sociedades com fundamento na margem de intervenção que neles é dada aos trabalhadores na vida das sociedades ⁽⁴⁴⁾ e que em Portugal o “envolvimento dos trabalhadores”, apesar das regras constitucionais e legais que o consagram ⁽⁴⁵⁾, nunca teve, sociologicamente falando, uma base consensual ⁽⁴⁶⁾.

⁽⁴³⁾ Para um panorama da situação dos Estados-membros quanto ao núcleo desse envolvimento, ver CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO, *ob. cit.*, p. 73.

⁽⁴⁴⁾ Ver o que escreve BEN PETTET sobre o assunto, a pp. 61 e segs. do texto referido na nota 23, *supra*.

⁽⁴⁵⁾ Curiosamente, omitidas na obra de CARLA TAVARES DA COSTA e ALEXANDRA DE MEESTER BILREIRO (ver último *loc. cit.*, texto e nota 3).

⁽⁴⁶⁾ Como exemplo da projecção na literatura jurídica de tal falta de consenso, ver o que escreve BERNARDO DA GAMA

Por outro lado, há também razões de natureza jurídica que podem obstar ao sucesso da figura. Embora o Regulamento seja muito extenso e a Directiva, tendo em conta o seu anexo, pouco lhe fique atrás, é duvidoso que a aplicação dos mesmos nos vários Estados-membros se revista de um elevado grau de uniformidade. A acrescer à margem de legiferação expressamente deixada aos Estados e dos casos de remissão para os direitos nacionais, há matérias não reguladas. Sirva de exemplo a da firma. Nada dizendo o Regulamento, serão aplicáveis as regras nacionais? Se o forem, na ausência de um registo europeu, como assegurar a não confundibilidade das firmas?

Parece, pois, prudente não ser muito optimista quanto ao sucesso da SE, ou, pelo menos, quanto ao prazo em que o mesmo se dará.

9. As tarefas do legislador português

Até 8/10/2004, o legislador português tem de publicar as regras necessárias à execução do Regulamento e à transposição da Directiva (sendo as principais questões a abordar quanto à execução do Regulamento as referidas no n.º 5 deste texto e as principais questões relativas à transposição da Directiva as resultantes do n.º 7 deste mesmo texto).

Há notícias de que vários Estados-membros têm em situação adiantada os seus projectos de leis para a execução do Regulamento e a transposição da Directiva⁽⁴⁷⁾. Nada se sabe dos planos do Estado português. O presente texto é também uma chamada de atenção para esse atraso aparente.

RUI PINTO DUARTE

⁽⁴⁷⁾ É o caso emblemático da Alemanha, onde foi divulgado, no início de 2003, para discussão um projecto de *Gesetz zur Einführung der Europäischen Gesellschaft*. Para o ponto da situação em cada um dos Estados-membros, referido ao final de 2003, ver a obra indicada na nota 1.